



Conteúdo disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/>

Multi-Science Journal

Website do periódico: <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience>



Editorial

A confiabilidade das publicações científicas mediante a multiplicidade de conteúdo existente no mundo virtual

Ao redigir um texto, seja sobre qual for o assunto, o autor constrói, mesmo que intrinsecamente, uma relação de confiança com o leitor (Caldeira, pág. 133, 1988). Esse é um laço que se consolida mediante inúmeros fatores que, correlacionados, aguçam o interesse de quem lê e aumentam a responsabilidade de quem escreve. Como na comunicação escrita não há contato visual entre os indivíduos, isto é, autor e leitor, há que se adotar uma série de cuidados, por parte daquele que transmite o conteúdo, como por exemplo, manter a clareza de raciocínio, não perder o foco, não ser deselegante e, principalmente, passar credibilidade naquilo que relata.

Quando se trata de publicações científicas essa carga de responsabilidade é exponencialmente aumentada, uma vez que esta categoria de publicações está voltada a um público, geralmente, criterioso e extremamente exigente no quesito “conteúdo”. Soma-se a isso o fato de que periódicos científicos podem ser utilizados no desenvolvimento de projetos e no referencial de pesquisas voltadas às mais diversas áreas do conhecimento humano.

No cenário atual, em que a internet se tornou o carro-chefe das ferramentas de informação, faz-se necessário um cuidado ainda maior no que tange às publicações de cunho científico. Aquele que escreve deve ter grande atenção nas etapas de pesquisa e organização de conteúdo, pois, as informações disponíveis no universo virtual nem sempre são passíveis de crédito. Já aquele que lê necessita ser bastante seletivo em suas escolhas e, principalmente, investigativo quanto à origem do material ao qual tem acesso. É com o intuito de discorrer um pouco sobre essa “terra de ninguém”, conforme denomina Moraes de Sousa (pág. 11, 2013), chamada internet e sua relação com a credibilidade de algumas publicações científicas, que apresentamos aqui algumas linhas gerais acerca do assunto.

Imaginemos, por exemplo, que um programa de governo fosse pautado num estudo socioeconômico de baixa confiabilidade. Os resultados finais poderiam ser

de ineficientes a desastrosos. Ressalta-se, obviamente, que no desenvolvimento de um projeto sério, voltado para o interesse coletivo, as pesquisas são realizadas sob fontes sólidas, ou seja, verifica-se cuidadosamente a veracidade do material que as embasou.

Utilizemos como outro exemplo o desenvolvimento de um novo fármaco. Dentre as etapas de sua produção, há a de realização de testes para comprovar, dentre outros aspectos, a eficácia do produto. Sua composição jamais seria produzida em grande escala ou vendida ao público apenas com base em textos científicos, sem que os parâmetros de qualidade envolvidos no processo produtivo fossem cuidadosamente experimentados. Contudo, não se pode negar que o referencial teórico faz parte da sistematização de desenvolvimento da grande maioria dos produtos industrializados disponíveis no mercado. Destaca-se ainda que, mesmo que não fosse utilizado em nenhuma cadeia produtiva ou não embasasse nenhum projeto, digamos, mais complexo, o simples fato de mentir ou prestar informações infundadas numa publicação científica é gravíssimo (Torresietal., pág. 197, 2008).

Partindo da perspectiva ética a questão é ainda mais grave, pois, envolve valores morais como verdade, honestidade e dignidade, dentre vários outros. O não atentamento à manutenção destes valores, mesmo na linguagem escrita é, sem dúvida, comprometedor para o autor, uma vez que fere tanto a sua própria credibilidade, quanto coloca em xeque o que foi escrito.

Obviamente a maior responsabilidade sobre o que se publica é do próprio autor, sendo ele o detentor daquela propriedade intelectual e dos direitos autorais a ela relacionados. Todavia, essa responsabilidade é compartilhada com o veículo que realiza a publicação, seja ele revista, jornal ou afim, uma vez que o conteúdo publicado pode acarretar problemas judiciais que variam desde o constrangimento de terceiros, abrindo brechas para incidência de calúnia e/ou difamação, indo até o crime de plágio, que Diniz & Munhoz (pág. 14,

2011) definem como uma apropriação indevida da criação literária.

Analisando a temática sob uma ótica mais aprofundada, nos vemos diante da seguinte questão: “Por que se publica tanto, sem se dar a devida atenção à credibilidade do conteúdo exposto?”. Sem dúvida é uma questão de várias vertentes. Entretanto, destaca-se que há uma pressão notória na maioria dos cursos de graduação e pós-graduação para que se publique a todo custo. Na busca por titulações, alguns alunos se veem, erroneamente, diante de uma situação na qual o simples ato de publicar é mais nobre do que a demonstração de um resultado sólido, íntegro, que venha a contribuir para uma determinada área de conhecimento.

Outro aspecto a ser considerado na análise de trabalhos científicos é o tempo que se leva para o desenvolvimento de um projeto fidedigno. Claro, esse tempo é variável de acordo com o que se propõe a fazer e com quais resultados se almeja alcançar, mas, geralmente, os procedimentos de planejamento, experimentação, análise de dados e apresentação de resultados não são rápidos. Afinal, quando se fala em ciência, nada parte do nada e um final confiável certamente estará ligado a um início consistente (Cáceres et al., 2011).

Sendo a internet hoje, a principal ferramenta de pesquisa no mundo, o risco de enveredamento por informações desconexas e cada vez mais carentes de credibilidade é eminente. Considerando-se o fato de que não há maiores dificuldades, principalmente no Brasil, para se criar um ambiente virtual no qual é possível a inserção de informações cuja vastidão de conteúdo é inimaginável, a segurança dessas informações, sob diferentes perspectivas, torna-se comprometida.

Dada a infinidade de dados nela disponibilizados e considerando-se o dinamismo através dos quais estes são apresentados, segundo Lopes & Silva (pág. 25, 2007) apud Sullivan (2002), a internet pode ser considerada uma mega-rede, pois integra várias redes, que por sua vez, interconectam indivíduos e instituições, tornando propícia a existência de um espaço onde as informações circulam em tempo real, sem hierarquias nem barreiras.

Evidentemente não há uma fórmula mágica para se escapar dos conteúdos da web— aqueles disponíveis na rede mundial de computadores — não confiáveis, todavia, os especialistas em segurança virtual apontam alguns cuidados principais, como verificar a integridade do site onde se está pesquisando, atentar se a fonte que fornece a informação é amplamente reconhecida, entre outros. Porém, a principal medida de segurança para filtrar “conteúdos suspeitos” continua sendo a adoção de bom senso.

Todavia, para analisarmos a problemática das publicações de baixa qualidade no universo eletrônico, precisamos retomar a questão da ética nas produções científicas. Salienta-se que há apontamentos para garantir que a metodologia científica seja atrelada às normas e práticas éticas aceitáveis, como por exemplo, os constantes num código elaborado pelo Comitê Canadense de Integridade na Pesquisa, em 2009. Complementarmente, as políticas inerentes à “integridade na pesquisa” estão focadas em questões

como desonestidade e má conduta, às quais são exemplificadas em comportamentos relacionados tanto a fabricação e à falsificação de dados, quanto ao plágio (Russo, pág. 192, 2014).

No Brasil também há legislação para salvaguardar os direitos sob a propriedade intelectual. A Lei nº 9.610/2008, conhecida como Lei de Direitos Autorais, estabelece, por exemplo, que fazer a reprodução de um texto, sem a autorização do autor, mesmo que citando a fonte, caracteriza crime de violação de direitos autorais (Valentim, pág. 10, 2014). Por que, então, ainda nos vemos diante desse cenário em que tanto se apropria indevidamente do “conhecimento alheio”? Aparentemente, há bem mais perguntas do que respostas, mas, que remetem mais uma vez, à questão ética.

Dentre as diversas conceituações de ética, temos a de Nalini (pág. 24, 2006), que a aponta como uma ciência cujo objeto é a moral. O autor relata ainda que “a moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática”.

Temos, logo, o enfoque comportamental sobre, inclusive, a apropriação autoral indevida. E mais do que isso, temos a explicitação dos alicerces básicos da construção dos valores sociais como componentes de um ser humano que seja ou não ético. Uma vez que deriva de costumes e hábitos sociais, não seria um equívoco relacioná-los à qualidade das publicações literárias, inclusive daquelas que estão sob o crivo da ciência.

É parte integrante da conjuntura posta o fato de que existem, na web, plataformas cujo interesse financeiro se sobressai ao científico, pois, se pautam mais na exposição de anúncios do que na apresentação de conhecimento útil. Para Cunha (pág. 86, 1997), um jornal eletrônico “deve realizar criteriosamente o processo de peer-review” (revisão por pares), por meio do qual especialistas do mesmo nível do autor analisam a integridade do que foi escrito, aproveitando inclusive a “agilidade e a eficiência proporcionadas pela comunicação eletrônica”.

Difícilmente, pelo menos a curto prazo, teremos modificações eficientes nos mecanismos de seleção de publicações divulgadas na internet. Claro, os periódicos conceituados já o fazem, mas quando levamos em conta a grande quantidade de plataformas dispostas a publicar sem critérios mais rígidos de filtragem e avaliação, deduzimos que os textos “não confiáveis” continuarão surgindo e, ao alcance de um clique.

Não há dúvidas de que o principal responsável pela utilização de parâmetros seletivos dos conteúdos científicos disponíveis na internet é o leitor. Cabe a ele, com a adoção, principalmente, de bom senso, como já discutimos anteriormente, analisar o material que acessa. Caso tenha a percepção que se trata de algo ilegítimo, as melhores condutas a serem adotadas vão, desde o boicote até a denúncia, em se tratando de algo ilegal ou impróprio.

Todavia, precisamos nos pautar pela nossa ética cidadã e, acima de tudo, profissional. Ora, uma vez que estou ciente de que não devo utilizar conteúdos não

referenciados ou de baixa qualidade em minhas pesquisas e o faço, estou alimentando a cultura da anti-educação ou, melhor expressando, da antiética. Os meios de comunicação refletem como uma sociedade absorve, pensa e age em relação ao que a cerca. Cabe a nós, indivíduos conscientes de seu papel coletivo e que tivemos acesso aos meios básicos de instrução, a aceitação ou não do que entendemos como ruim, inadequado e, muitas vezes, criminoso

Profa. Luciene Francisco Vieira
Profa. Márcia Cordeiro do Vale Oliveira1
e-mail: lucienevieir@hotmail.com

Referências

- CÁCERES, Ana Manhani., GÂNDARA, Juliana Perina., PUGLISI, Marina Leite. Redação científica e a qualidade dos artigos: em busca de maior impacto. *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. V. 23, n. 4, p. 401-406, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-64912011000400019&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 13 jun. 2017.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 21, p. 133-157, julho 1988.
- CUNHA, Leo. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.2,n.1,p.77-92, jan./jun.1997. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/628/412>> Acesso em 14 jun. 2017.
- DINIZ, Debora., MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*. Vitória (ES), ano 3, n.3, v. 1, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430>>. Acesso em 13 jun. 2017.
- LOPES, Mariliseensee., SILVA, Edna Lúcia da. A Internet e a busca da informação em comunidades científicas: um estudo focado nos pesquisadores da UFSC. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p.21-40, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/145>>. Acesso em 12 jun. 2017.
- NALINI, José Renato. Conceito de ética. In: *Ética Geral e Profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., cap. 1, p.23-33, 2006.
- RUSSO, Marisa. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 189-198, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100016>. Acesso em 14 jun. 2017.
- SOUSA, Márcio Morais de. A confiança na terra de ninguém: uma análise da aplicabilidade da boa-fé na internet. *Revista Projeção, Direito e Sociedade*. Edição Normal.V.4,n.1,p.11-29, dezembro 2013. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php>

/Projecao2/article/view/273>. Acesso em 13 jun. 2017.

TORRESI, Susana I. Córdoba de., PARDINI, Vera L., FERREIRA, Vitor F. Ética nas publicações científicas. *Química Nova*. V. 31, n. 2, p. 197, 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/qn/v31n2/a01v31n2.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética em pesquisa: a questão do plágio. P. 1-15, 2014. Disponível em <<http://rbm.eubca.edu.uy/sites/default/files/text/Ponencia%207%20-%20Valentim,%20Marta.pdf>> Acesso em 14 jun. 2017.